

OS PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO ENTRE AS GERAÇÕES DO QUILOMBO QUEIMADAS

Jamille Pereira Pimentel dos Santos

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
millep2.mut@hotmail.com

Etelvina de Queiroz Santos

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
vik714@hotmail.com

Junara Pereira Pimentel Ramos

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
aranuj@hotmail.com

Ana Angélica Leal Barbosa

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
angel@uesb.br

Resumo: As comunidades remanescentes de quilombo estão no centro de inúmeras discussões travadas no âmbito jurídico, político, social e acadêmico brasileiro. Muito se tem dito e produzido sobre essa temática. Diante disso, o presente artigo se propõe a realizar uma reflexão sobre as muitas demandas empenhadas pelos quilombos contemporâneos, notadamente, referentes ao acesso e permanência aos bancos escolares, pelos quilombolas. Historicamente, esses indivíduos sempre foram invisibilizados e esquecidos pelos órgãos públicos. Apesar da legislação garantir direitos específicos, o que se verifica, na prática, está muito distante do que está proposto na Lei. Os quilombos, em sua maioria, não possuem escolas, por conta disso, crianças, jovens e velhos são obrigados a deslocar-se diariamente para outros locais no intuito de estudar. Esse deslocamento produz um drástico distanciamento geográfico e social dos quilombolas pela escola que pode ser comprovado nos altos índices de repetência, disparidade idade/série e evasão do sistema de ensino.

Palavras-chave: Escolarização. Quilombo. Resistência.

Introdução

Muitas são as lutas travadas na arena jurídica, política e social pelos remanescentes de quilombos do Brasil. Após séculos de dominação e invisibilidade, os afro-brasileiros ainda são vítimas dos estereótipos e das mazelas sociais originárias no contexto da colonização e escravidão,

que os vitimaram aos extratos mais baixos da sociedade e criaram enormes empecilhos quanto aos seus projetos de liberdade.

Os quilombos brasileiros representam uma das expressões mais fortes da resistência negra contra os diferentes processos de expropriação. No seio dessas comunidades, as diferentes coletividades criaram e recriaram meios de sobrevivência que, na diáspora, os mantiveram ligados às suas ancestralidades e, partir do contato interétnico com a sociedade envolvente, cunharam formas ímpares de organização social e elaboraram com isso, diferentes estratégias de resistência que foram responsáveis por garantir a permanência e longevidade dessas comunidades no transcorrer dos anos.

O quilombo contemporâneo se diferencia em muito dos quilombos do período colonial e imperial brasileiro. Muitas das experiências de hoje são, de fato, heranças herdadas desses períodos, todavia, é importantíssimo pontuar que, no presente, quilombo não pode ser compreendido como resto, sobra, resquício ou remanescente dos quilombos do passado, posto que as experiências e os sujeitos quilombolas encontram-se inseridos num contexto sócio histórico absolutamente diferente de outrora.

É difícil prever com exatidão quando surgiu os primeiros quilombos no Brasil. Há autores que defendem que antes mesmo da chegada da mão de obra servil negra ao continente, índios fugitivos do cativeiro formaram os primeiros mocambos (FIABANI, 2012). Portanto, o quilombo já surge como uma estratégia de resistência contra o regime do cativeiro.

[Os quilombos] existiram desde cedo, e certamente em todas as províncias do Brasil (o primeiro exemplo histórico conhecido foi na Bahia, em 1575, destruído pelo governador-geral dali, Luiz de Brito de Almeida), e eram em toda a parte considerados uma muito desagradável e temida vizinhança para o fazendeiro (HANDELMANN, 1982 apud FIABANI, 2012, p. 47).

Com a chegada do negro ao Continente¹ e a utilização da mão de obra servil em larga escala, disseminou-se pelo país afora os temidos mocambos. Comumente os quilombos passaram a ser representados como locais de difícil acesso, frequentados somente por negros fugitivos, no

¹ Onde houve escravidão nas Américas, houve a formação de quilombos, mas em cada localidade eles “tinham nomes diferentes: Na América espanhola, palenques, cumbes, etc.; na inglesa, marrons; na francesa grandmarronage [...] No Brasil [...] quilombos e mocambos e seus membros, quilombolas, calhambolas ou mocambeiros” (REIS; GOMES, 1996, p.10).

meio das matas, com escassos recursos materiais e baixa densidade demográfica. Entretanto, a recente historiografia tem evidenciado que essas comunidades possuíam uma infinidade de características e que é impossível engessá-las em alguns poucos adjetivos definidores.

O clima, o solo, a vegetação, o tipo de produção econômica, a localização geográfica, dentre outros, são fatores que interferiam diretamente para definir o tipo de quilombo que existia em determinada localidade. Haviam quilombos mineradores, extrativistas, predatórios, pecuaristas e muitos onde a agricultura e a produção de farinha, mel, feijão e açúcar se destacavam. Na mesma medida, houve alguns que eram isolados, mas também havia os que se encontravam próximos às cidades, desenvolvendo suas atividades de compra e venda com a sociedade envolvente e, com a mesma, trocavam informações sobre batidas policiais e realizavam um amplo e articulado comércio. Portanto, “a história dos quilombos teve vários e diferentes capítulos, considerando regiões, paisagens, períodos, duração, cenários, personagens, reprodução e ações” (GOMES, 2015, p.106) e a vaga e imprecisa definição criada pelo Conselho Ultramarino (1740) em que quilombo passa a ser definido como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (LARA, 1988 apud FIABANI, 2012, p. 267) é incapaz de dar conta de toda a complexidade do fenômeno.

Muitos autores de renome nacional se lançaram no desafio de conhecer e compreender essas comunidades numa perspectiva que rompesse com o olhar do colonizador, levando em consideração o ponto de vista dos próprios quilombolas. Muito do que se sabe sobre esses grupos foi produzido por quem estava a serviço de combatê-los e as informações foram coletadas em cartas, documentos oficiais, diários, testamentos e apresentam, por isso mesmo, uma perspectiva externa, um olhar exterior sobre essas comunidades. Do mesmo modo, é sabido que, em sua maioria, os escravizados eram quase todos analfabetos e não há, de fato, documentos escritos por eles que nos dê indícios sobre os sentidos e significados extraídos da experiência de aquilombar-se. Em vista disso, a produção teórica recente busca romper com os muitos estigmas e inverdades vinculados a esses grupos, pois, os quilombolas não foram serem passivos, submissos, escondidos, preguiçosos e criminosos. Ao contrário,

Entre Palmares e os quilombos dos últimos anos da escravidão, os escravos brasileiros construíram uma empolgante história da liberdade. Mas uma história

cheia de ciladas e surpresas, de avanços e recuos, de conflito e compromisso, sem um sentido linear, uma história que amplia e torna mais complexa a perspectiva que temos de nosso passado (REIS, GOMES, 1996, p.23).

Na busca incessante pela liberdade, os quilombolas lançaram mão de diferentes estratégias de sobrevivência. Participaram de revoltas, articularam-se com movimentos políticos, guerrearam, combateram e foram combatidos, formaram redes de informações com a população das cidades e os cativos das senzalas, aceitaram índios, brancos, mestiços e todos os desventurados da época no interior das comunidades e, assim, disseminaram-se país afora mostrando que o negro não era submisso, conformado, alienado e desprovido de consciência sobre a sua condição na estrutura social.

Com isso, os quilombos se tornaram a maior ameaça à colonização brasileira e ao regime do cativo. Interferiram diretamente na configuração social de muitas localidades e foram, durante séculos, a válvula de escape para a sangrenta ferida que a escravidão representava. Entretanto, após a abolição em 1888, se firmou no imaginário social a ideia cômoda e inverídica de que no país não existia mais quilombos, pelo simples fato de que não havia mais escravizados e assim, política e juridicamente, eles foram sistematicamente ignorados e invisibilizados.

Em recenseamentos e [...] censos agrícolas centenas de povoados, comunidades, bairros, sítios e vilas de populações negras, mestiças, indígenas, ribeirinhas, pastoris, extrativistas, etc. Camponeses negros – partes dos quais quilombolas do passado – foram transformados em caboclos, caiçaras, pescadores e retirantes (GOMES, 2015, p.120).

Num processo contínuo de negação e estigmatização de identidades, o quilombo no pós-abolição foi destituído do caráter de resistência e luta e se transformou no imaginário político e social como um simples local de negro fugitivo, pobre, sem instrução, fato que fez muitos dos seus membros negarem a sua identidade. Essa imagem pejorativa resistiu até meados do século XX, quando surgiu novos debates e conceituações teóricas sobre os significados do *ser quilombola* e a relevância que esse fenômeno desempenhou para a configuração da sociedade brasileira.

No cenário da redemocratização nacional, em 1988, os quilombos entraram para a arena de debates quando o Movimento Negro passou a exigir direitos específicos para essas comunidades.

Assim, após uma intensa pressão popular, foi aprovado no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal (1988), Artigo 68, o seguinte texto: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Este artigo constitucional criou automaticamente a categoria *remanescentes de quilombos* e os sujeitos (quilombolas) como sujeitos de direitos, sem obstar, pensar sobre os fundamentos necessários para prever quais seriam seus efeitos criadores (ARRUTI, 2006).

Com essa regulamentação provisória, o Estado passa a ser o responsável por reconhecer, certificar e titular essas comunidades. Entretanto, não havia consenso sobre quem seriam os sujeitos desse direito constitucional, muitos menos quais os critérios definidores, nem como realizar esse reconhecimento. Assim, esses grupos vivenciaram anos de morosidade política e jurídica, onde pouquíssimas comunidades conseguiram, de fato, a certificação junto aos órgãos oficiais. Outro grande equívoco dessa regulamentação refere-se à terminologia *remanescente*, pois criou no imaginário social a ideia de que o quilombo contemporâneo é um resto, uma sobra, um resquício dos quilombos do período colonial.

No “artigo 68”, o termo “remanescentes” [...] surge para resolver a difícil relação de continuidade e descontinuidade com o passado histórico, em que a descendência não parece ser um laço suficiente. [...] O emprego do termo implica a expectativa de encontrar, nas comunidades atuais, formas atualizadas dos antigos quilombos [...] “sobras” e “restos” de formas antepassadas (ARRUTI, 2006, p.81 grifo do autor).

Assim, somente em 2003, com a aprovação do Decreto nº 4887, os remanescentes das comunidades de quilombos foram definitivamente regulamentados.

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, [...] os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.
§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade (BRASIL, 2003).

Esse novo conceito adotado procura introduzir novos significados sobre o *ser quilombola*, pois os quilombos de hoje não são resquícios do passado preservados em objetos arqueológicos, do mesmo modo, essas comunidades não são compostas por uma população homogênea, isolada, distante que possuem um vínculo estreito com o legado da escravidão. Muito pelo contrário, os quilombos contemporâneos são organizações sociais compostas de pessoas que possuem uma territorialidade específica e se articulam a partir de laços de parentesco para usufruto comum da terra, contêm a ancestralidade negra preservada nas tradições e nos costumes e resistem não mais contra a escravidão e o trabalho compulsório, mas contra as diferentes formas de expropriação.

São muitas as lutas empenhadas por esse segmento social. Atualmente, as batalhas são travadas contra a presente e crescente expropriação territorial, pois muitas dessas comunidades perderam sistematicamente seus territórios para o agronegócio e várias delas encontram-se em disputas judiciais pela terra ou em área de fronteira e conflito fundiário. Ademais, a expropriação se manifesta em muitas outras frentes e isso requer outras formas de combate: existe a expropriação cultural e religiosa visualizada na perda de muitas das tradições vinculadas ao legado africano; na mesma medida, esses grupos também convivem com a expropriação social e econômica que os mantiveram à margem da sociedade e das políticas públicas e sociais. Diante disso, quase em sua totalidade, os quilombos brasileiros são constituídos por indivíduos que convivem diariamente com a pobreza e a inacessibilidade aos serviços sociais básicos, como saúde e educação.

A legislação brasileira garante direitos específicos às comunidades reconhecidas, tais como, melhoria no atendimento básico de saúde e a construção de escolas que possuam um currículo adequado para atender às necessidades dos quilombolas, dentro dos quilombos². No entanto, o que se verifica na realidade está muito distante do proposto pelos órgãos oficiais do Governo, pois após a certificação, muitas dessas comunidades caem no esquecimento e são, sistematicamente, ignoradas pelos gestores públicos que deveriam garantir a eficiência e a continuidade do atendimento. No que tange ao contexto educacional, é justamente isso que se verifica na comunidade quilombola Queimadas.

² Todas as informações referentes aos direitos garantidos por Lei às comunidades remanescentes de quilombos encontra-se disponível na cartilha “Guia de políticas públicas para comunidades quilombolas” disponível em: <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/guia-pbq>.

Na referida comunidade, o acesso aos bancos escolares sempre foi um processo doloroso e muito difícil. Com base no método etnográfico, realizamos uma pesquisa com a técnica em história oral de vida e verificamos *in loco*, que os mesmos empecilhos se sucedem em quatro gerações subsequentes, visto que a difícil realidade social que vivenciaram na primeira metade do século XX ainda é persistente, pois a certificação ainda não garantiu de fato, melhorias efetivas no cotidiano daquela população.

O Quilombo Queimadas: breve contextualização

Queimadas é um quilombo recém certificado que se localiza no município de Guanambi, Estado da Bahia³. A história dessa comunidade se inicia com a chegada do casal de trabalhadores Zé Vói e Iaiá no ano de 1915. Segundo relato dos moradores, esse casal (de origem imprecisa) veio da região central do Estado trazidos pelo proprietário da Fazenda Lameirão (atual Palmas de Monte Alto/BA).

Naquela época, a extensão territorial da fazenda era muito grande, por isso, o Major acomodou-os numa região de mata, distante 15 quilômetros da sede da fazenda, num local conhecido como Bom Será. Ali, eles se assentaram e constituíram família. Dois anos após a chegada (como consta no documento), conseguiram comprar a terra em que estavam alojados por 100 mil contos de réis trocados em *dias de serviço*. Após a compra da terra, nomearam-nade Queimadas e os descendentes diretos de Zé Vói e Iaiá deram continuidade ao legado estabelecido pelos seus progenitores.

A história de Queimadas se difere em grande parte da história de outros quilombos do país afora. Enquanto muitos deles encontram-se em áreas de conflito e pleiteiam a certificação visando a regulamentação de seus territórios, os moradores de Queimadas possuem a posse definitiva da terra há mais de cem anos. Outro ponto que os distingue é que, de fato, não se pode dizer com precisão se Zé Vói e Iaiá vivenciaram a realidade do cativo, uma vez que a abolição ocorreu em 1888 e eles chegaram na região em 1915, ou seja, 27 anos após a abolição formal da escravidão. Esses dois pontos por si só, já diz muito sobre a configuração dos quilombos contemporâneos, no qual Queimadas se insere pois, como assinalado acima, não existe mais a necessidade de comprovar e atestar através de dados e/ou documentos uma herança direta com a escravidão, já

³ A certificação da comunidade ocorreu em 05 de junho de 2015.

que a autoatribuição se torna o principal elemento considerado nos processos de reconhecimento. Sob essa perspectiva e na tentativa de sanar a marginalização a qual seus membros sempre foram vítimas, o quilombo passa a ser compreendido a partir das muitas especificidades históricas de resistência que existiram e existem no Brasil que, em conjunto, construíram identidades coletivas das mais variadas ordens, e que não se encaixam em um único modelo definidor, pois “a lei exige que alguém se proclame “remanescente”, só que o processo de afirmação étnica historicamente não passa pelo resíduo, pela sobra ou “pelo que foi e não é mais, senão pelo que de fato é, pelo que efetivamente é e é vivido como tal” (ALMEIDA, 2011, p.44 grifo do autor) portanto, é com esse entendimento que Queimadas é reconhecida como um remanescente de quilombo.

Através da luta e de uma complexa dinâmica iniciada no período colonial, o quilombo chega até os dias atuais para falar de algo ainda por se resolver, por se definir, que é a própria cidadania dos afrodescendentes. [...] O ato de aquilombar-se, ou seja, de organizar-se contra qualquer atitude ou sistema opressivo, passa a ser, portanto, nos dias atuais, a chama reacesa para, na condição contemporânea, dar sentido, estimular, fortalecer a luta contra a discriminação e seus efeitos (LEITE, 2000, p. 349).

Os descendentes de Zé Vói e Iaiá são provas vivas disso. Dos seus antepassados herdaram a força necessária para resistir a um cotidiano sofrido de carências e profundas limitações. Viver em pleno Sertão baiano, na roça, em uma terra árida, com uma crônica e profunda escassez de água, de alimentos e de recursos materiais, exigia a criação de alternativas variadas de sobrevivência e, em Queimadas, muitas foram as estratégias empenhadas por eles no transcorrer dos anos.

Para sobreviver à pobreza e à fome a alternativa encontrada foi o trabalho nas grandes fazendas de algodão do Vale do Rio São Francisco. Durante muitos anos, praticamente todos os moradores da comunidade se deslocavam continuamente para trabalhar em regime de meação no interior dessas fazendas. Atualmente, esse fluxo foi redirecionado para o interior de São Paulo e assim, num intenso movimento diaspórico, os quilombolas de Queimadas vivem um constante ir e vir pois, possuem um elo forte com a terra onde se encontram os seus antepassados e por isso, não consideram em nenhum momento mudar-se definitivamente para outros locais. Essa é uma das características primordiais visualizadas nos quilombos contemporâneos, uma vez que cada grupo desenvolve mecanismos específicos de territorialidade, dado que para muitos deles a terra é

indissociável da vida, portanto, se distanciar por muito tempo ou perder o território significa perder parte da ancestralidade e da identidade do grupo.

Para além da resistência física e material, foi também necessário lançar mão de estratégias que visassem a sobrevivência dos pertencimentos étnicos. Em Queimadas, essas estratégias se apresentam de várias maneiras. Desde tempos imemoriais, a comunidade se organiza em torno de laços de parentesco. Ali, homens e mulheres casam entre si, constroem suas residências umas próximas das outras, compartilham o *terreiro* e todos os espaços sociais, preservam as tradições e têm nos mais velhos um exemplo a ser seguido. Há uma hierarquia e uma centralidade familiar muito nítida no cotidiano da comunidade. O respeito aos mais velhos é preservado e cultuado desde a infância. Ouvir os conselhos, os *causos* e as histórias de outrora contadas pelos idosos constituem um valioso instrumento de transmissão da ancestralidade étnica do grupo pois, muito se ensina e se aprende através da oralidade. Ademais, vale pontuar que a coletividade e a solidariedade está presente em todas as esferas sociais pois, os quilombolas não compartilham somente título, origem comum e herança genética, mas, para além disso, compartilham sua essência uma história, vinculada a uma memória e a um destino comum.

Os processos de escolarização entre distintas gerações

Como se trata de uma coletividade que partilha história e destino comum, a memória dos moradores de Queimadas se configura como uma memória coletiva (HALBWACHS, 2006) pois, nas falas dos diferentes colaboradores há pontos de afinidades temáticas (BOM MEIHY, 2005) que evidenciam uma similaridade de experiências, fruto do contexto sócio histórico e das vivências cotidianas. Diantedisso, no decorrer do tempo, entre as gerações, muitos dos desafios enfrentados pelos moradores mais velhos ainda são recorrentes, principalmente, quando a temática se desloca para o âmbito educacional.

O acesso aos bancos escolares foi marcado por diferentes realidades e desafios, em tempos distintos. Os colaboradores, ao construírem oralmente suas autobiografias, imprimem nas narrativas uma forte dose de pesar vinculada aos sentimentos e experiências sobre os processos de

escolarização, notadamente, nas primeiras gerações investigadas⁴, visto que os empecilhos foram maiores e a escola era algo muito distante.

Estudar nunca foi uma tarefa fácil para quem vive em Queimadas. Durante a coleta de dados, os relatos sobre as dificuldades e empecilhos multiplicam-se, ao ponto de se tornar um consenso entre eles de que o sucesso escolar é algo ilusório, improvável até. É notório observar que o indivíduo velho, de meia idade ou jovem, passou e passa por inúmeras dificuldades dentro ou fora dos muros escolares.

Na primeira geração investigada, que corresponde aos que estão na faixa etária de setenta anos acima⁵ e são, respectivamente, netas/os ou viúvas de netos/as de Zé Vêi e Iaiá, o trabalho e a sobrevivência era prioridade, portanto, quase não havia espaço para o estudo.

Naquela época como vocês fizeram para estudar, ou a senhora não conseguiu estudar?

Quase não teve estudo não, porque nós entrou numa escolinha assim, tinha o véi Paulo que morava ali, ele sabia um pouco, noisí entrava, ia de noite estudar um poquim, mas era coisa pouco, não prindi nada, só assinar o nome. Assim pá lê assim uma coisa não sei lê, mas o nome eu sei assinar e teve muitos que entrou e nem o nome num prendeu assinar.

(Colaboradora 1, 72 anos, neta de Zé Vêi, entrevista dia 31/10/2016).

Como constatado no relato acima, na primeira metade do século XX, não havia escola nas proximidades da comunidade. O *Vêi Paulo* (primo distante) detinha um pequeno conhecimento das *primeiras letras* e, por conta disso, ensinava à noite, em sua residência, os primeiros rudimentos do universo da escrita. Mas, todavia, não havia institucionalização no ensino. O que pode ser extraído da memória dos seus ex-alunos, nos remete à compreensão de que se tratava de um ato voluntário, livre, sem estruturação, tradicional, sem material didático, seriação ou organização por ciclos e turmas. Os alunos que tinham interesse em aprender a *rabiscar o nome* começavam a frequentar essas aulas noturnas, livremente.

Nos anos seguintes, assumindo quase sempre as mesmas características, outros dois personagens surgem como professores das *primeiras letras*. Todavia, estes eram contratados pela prefeitura como professores leigos e ministravam as aulas no período noturno, em suas respectivas

⁴ A coleta de dados foi realizada com colaboradores que se encontram distribuídos entre quatro gerações distintas. O objetivo foi verificar os desafios, dificuldades e sentidos atribuídos aos processos de escolarização.

⁵ Por motivos éticos o nome dos colaboradores serão suprimidos.

residências. Por conta disso, entre esse grupo geracional, os relatos apresentam quase sempre as mesmas características, como nas falas a seguir: “*Eu merma num prendi nada! Só sei merma rabiscar o nome*”. (Colaboradora 2, 73-6 anos, neta de Zé Vêi. Entrevista dia 29/10/2016).

Conhecer o contexto social a qual estavam inseridos nos remete à compreensão de que não havia espaço para a escola regular no cotidiano dessas pessoas. Em vários momentos, com vozes embargadas de emoção, os colaboradores/as relatam a vida de outrora e as estratégias empenhadas por eles, para acomodar tempo para o estudo, numa diária e extenuante jornada de trabalho e, diante de tais relatos, ficaperceptível que houve um distanciamento dos moradores de Queimadas pelos bancos escolares entre as primeiras gerações⁶.

Nóis saia cedo, trabaiava até meio dia pum patrão siguro, samiendo e cum enxada, só com café preto, ia cumer um feijãozinho cum arroz só meio dia, outra hora comia sebo de gado, sebo de bode, cuzinhava tudo na panelinha de barro, no meio da roça. Ficava inté de tardezinha, depois voltava a pé, tumava banho e ia pra escola.

(Colaboradora 3, 76 anos, neta de Zé Vêi. Entrevista concedida dia 29/10/2016).

A segunda geração investigada corresponde aos bisnetos de Zé Vêi e Iaiá e possuem faixa etária entre cinquenta e sessenta anos. Para essas pessoas, os relatos dos seus tios/tias, pais e mães, se assemelham muito aos seus. Primeiro, porque as condições econômicas ainda eram praticamente as mesmas; segundo, o trabalho também se iniciava na infância e, por último, o ensino ainda era ministrado no turno noturno⁷.

Todo dia nois ia pra roça de manhã cedo e levava comida pronta, almoçava, chegava lá pra cá, vinha de a pé, ia no poção alí que era o lugar que noispanhava água [...] aí nóis ia, pegava água, tomava banho e ele [pai] botava nois pra ir pra escola lá na casa de Maria. Ela dava escola de primeiro, à noite, aí nois ia.

Outro dia tornava manhecer e tudo se repitia. Um outro dia, uma irmã minha tava falando isso, do sofrimento que nois era de primeiro, era uma vida cansada, cansada, que agora ela não aguenta fazer mais nada.

- E quando chegavam na escola?

⁶ Entre as décadas de 1950 e 1970, o município de Guanambi iniciava a estruturação do sistema de ensino. Na cidade havia uma única escola estadual que ofertava ensino voltado para o magistério e a formação de professores. Já o distrito de Mutans contava, unicamente, com uma única turma de alunos multisseriados. Isso por si só, já explica o descaso e o desamparo com a escolarização das pessoas do campo.

⁷ Para além desses fatos, é importante pontuar que muitas dessas pessoas abandonavam os estudos durante os períodos de trabalhos nas fazendas. Como as famílias se deslocavam constantemente, os filhos acompanhavam os pais e ficavam vários meses durante o ano letivo, distantes da escola.

Oh! Estava só o pé, muito cansada, com muito sono, e quando chegava em casa, de madrugada, pai fazia nós ir pra essa roça de novo [risos].
(Colaboradora 4, 56 anos, bisneta de Zé Véi, entrevista dia 14/11/2016)

Entre esse grupo geracional, os pontos de afinidades temáticas (BOM MEIHY, 2005) estão presentes em todas as histórias de vida investigadas.

A lutanossa começou cedo, porque quando dava 6 horas da manhã nós já estava no caminho da roça, indo e vindo desde criança [...].
Seis horas da manhã nós já tinha tomado café e já estava chegando na roça, aí nós trabalhava, quando dava cinco horas da tarde, voltava, tomava banho e tinha tempo pra isso tudo, quando nós não tava no forró, nós ia estudar um poquim. Nós ia chegando, ia na fonte e pegava um bande de água, voltava, tomava banho e ia estudar lá na casa de Maria.
(Colaboradora 5, 58 anos, bisneta de Zé Véi, entrevista dia 01/05/2016).

[...] Nois trabalhava o dia inteiro e quando dava cinco horas, pai mandava a gente ir embora, chegava aqui e ia buscar água no poço, aí tomava banho e não esperava nem a mãe da gente terminar de fazer a comida, nós já ia pra escola, lá em Maria, de a pé.
(Colaboradora 6, 53 anos, bisneta de Zé Véi, entrevista dia 01/05/2016).

Eles vivenciaram a transição entre a falta de escola e o início da mesma. Todavia, era uma escola multisseriada, com professor/a leigo/a e uma crônica escassez de recursos. A partir da década de 1980, a comunidade foi contemplada com a construção de um prédio escolar, com duas salas e um banheiro, e foi nesse local que a maioria das pessoas dessa geração foi alfabetizada.

Imagem 1: Prédio escolar com turmas multisseriadas



Fonte: Arquivo pessoal da professora Marinalva Oliveira, meados da década de 1990.

- A senhora estudou até que série?

Até a quarta. Mas não aprendi nada! [risos] Agora, minha irmã estudou mais. Porque depois daí, tinha que ir pra Mutans e não tinha transporte, o povo ia de a pé ou de bicicleta. Dá uns 8 quilômetros daqui lá.

(Colaboradora 6, 53 anos, bisneta de Zé Vêi, entrevista dia 01/05/2016).

Nóis estudemos mas não aprendemos nada não, porque ia assim ó: se fosse um dia na semana, na outra semana já não ia, porque nós precisava trabalhar e estudar de noite era mais difícil também.

[...] Foi muito trabalho, a escola acabou ficando de lado.

(Colaboradora 5, 58 anos, bisneta de Zé Vêi, entrevista dia 01/05/2016).

Como as turmas multisseriadas só atendiam até a conclusão do primeiro grau (antigo primário), os que possuíam meios para continuar os estudos, tinham que percorrer diariamente a distância de oito quilômetros entre a comunidade e o distrito de Mutans, visto que nesse período, o referido distrito já contava com uma escola que atendia até a conclusão do segundo grau (magistério). Por fim, a realidade educacional dessa geração pode ser resumida a partir do seguinte fragmento, extraído da falada colaboradora acima: “*Foi muito trabalho, a escola acabou ficando de lado*”.

Ontem eu estava com uns papel na mão, porque eu só aprendi fazer mesmo o meu nome, na época casei muito nova. Eu tava falando para minha fia: “Eu tenho fé em Deus que eu aprendo ao menos um poquim ainda”. Ela ainda riu: “Quá mãe! Não aprende mais não”. Ai eu disse: “Aprende sim”!

Bem que gente, formar assim, não forma mais, mas aprende. Se conseguisse a escola aqui era tão bom, não era?⁸

(Colaboradora 4, 56 anos, bisneta de Zé Vêi, entrevista dia 14/11/2016)

Já a terceira geração, composta de filhos/as dos bisnetos/as de Zé Vêi e Iaiá, pode ser dividida em dois grupos. Os mais velhos, que estão na faixa etária entre trinta e quarenta anos e, os mais jovens, que encontram-se abaixo dos trinta anos. Os primeiros, vivenciaram a escola

⁸ Em conversas informais com o presidente da Associação, ele nos relatou da luta empenhada no intuito de conseguir junto à prefeitura do município a manutenção de uma turma noturna da EJA. Fomos informadas de que há, atualmente, ao menos cinquenta pessoas, acima dos quarenta anos, analfabetas na comunidade.

multisseriada da comunidade, enquanto que os últimos⁹ realizaram praticamente toda a escolarização no distrito de Mutans.

Os que estudaram no *prédio* fizeram-nosob a orientação de um professor e duas professoras contratadas pela prefeitura. Nessa época (década de 1990), o descaso com a educação do campo ainda persistia, mas, para agravar ainda mais essa realidade, havia uma acentuada disparidade idade/série, conseqüente das constantes repetências, evasões e abandono.

- Você chegou estudar lá em Mutans?

Não, foi aqui mesmo na roça, com o professor. Não cheguei ir em Mutans não, eu fiquei aqui.

- E estudou até que série?

Não sei. Foi aqui mesmo ó, só o A, B, C mermo. Nós ficou aqui. Já os menino meu foi tudo pra Mutans. Nós tinha que trabalhar para ajudar mãe e pai criar os filhos e criar nossos filho também.

(Colaboradora 8, tataraneta de Zé Vêi, entrevista dia 29/10/2016).

Apesar da característica tradicional e livresca apresentada pela metodologia de ensino da época, há relatos que demonstram o interesse desses/as professores/as em proporcionar alternativas lúdicas em sala de aula. Além disso, foi justamente nesse período que iniciou a prática de realizar desfile cívico escolar em comemoração à Independência do Brasil, no dia 7 de setembro. Os desfiles perduraram enquanto houve escola na comunidade.

O professor fazia muito desfile aqui nas Queimadas. Aqui teve uns três anos de desfile de 7 de setembro. Era muito bonito, muito bonito. Era tanta gente, só se vendo.

O desfile saía do prédio, seguia a estrada e ia até no asfalto, depois voltava. Menina, ficava lindo, o desfile da escola aí quando ele fazia. Mas isso tem muitos anos.

- A escola era multisseriada?

Era sim. Dos pequenos, até os maiores.

(Colaboradora 4, 56 anos, bisneta de Zé Vêi, entrevista dia 14/11/2016)

Imagem 2: Desfile de 7 de setembro

⁹ No ano de 2005, na gestão do então prefeito municipal Nilo Coelho, todas as escolas rurais do município de Guanambi foram nucleadas. Assim, os alunos foram relocados para escolas do município e dos distritos.



Fonte: Arquivo pessoal da professora Marinalva Oliveira, meados da década de 1990.

Como é de se esperar, a difícil realidade vivenciada no contexto rural ecoou fortemente na escola urbana. Os irmão/irmãs, filhos/as, netos/as e bisnetos/as dos segmentos etários citados acima, transportaram as mesmas dificuldades para as escolas do distrito e, assim, iniciou-se um amplo e doloroso processo de estigmatização sobre esses sujeitos, baseada na ideia inverídica da incapacidade dos mesmos para conseguir êxito na escola.

A escola municipal que atendia os alunos do distrito e das comunidades circunvizinhas chamava-se Unidade Escolar Municipal Castro Alves¹⁰. Esta escola foi inaugurada no início da década de 1980.

Sob o nosso olhar de observadoras externas (antes alunas, agora professoras) presenciamos momentos onde professores e classe discente fazia *chacotas* sobre as dificuldades de escolarização enfrentadas por eles. Hoje, ao contextualizar teoria e empiria *in loco* (na condição de pesquisadoras), percebemos que o que era tratado pelos professores, sobre os alunos de Queimadas, como descaso pela escola, dificuldade de aprendizagem, baixo desempenho cognitivo, etc., nada mais é do que o resultado de um processo histórico que tinha pobreza, na desassistência social e na escassez de recursos os seus maiores vilões.

Nós, externos à comunidade, desconhecíamos os reais motivos pelas altas taxas de disparidade idade/série e repetências. Não fazíamos ideia da importância cabal que o ato de

¹⁰ Após a nucleação das escolas rurais, duas novas unidades escolares foram construídas no distrito. Assim, as séries iniciais da educação infantil são atendidas na Escola Municipal Adagísia Ferreira Costa; o ensino fundamental I, na Escola Municipal Sebastião Moreira Malheiros; o fundamental II, na Escola Municipal Pedro Barros Prates (antigo Castro Alves) e o ensino médio, no Colégio Estadual Antônio Carlos Magalhães.

abandonar a escola em pleno ano letivo, para trabalhar nas fazendas, tinha para a comunidade. Era uma necessidade de sobrevivência imediata, primaz: *“Como é que nós ia sair bem na escola se a gente tinha que trabalhar? Nós não podia morrer de fome. Escola era se desse certo!”*(Colaborador 10, tataraneto de Zé Vêi, entrevista dia 30/10/2016).

Atualmente, de crianças a velhos/as, todos os que querem estudar vão para Mutans. Os problemas relatados acima, no contexto escolar, ainda são recorrentes. Até o momento, não há na comunidade ninguém que possua nível superior ou que esteja cursando, seja em Guanambi ou qualquer outra cidade.

Conclusão

Investigar em profundidade os efeitos e as particularidades da educação escolar sobre a vida dessas pessoas foge aos propósitos da presente pesquisa, portanto, aqui, apresentamos somente uma análise de conjuntura histórica, para evidenciar como é recorrente entre os diversos segmentos etários, do grupo investigado, as dificuldades no acesso e permanência na escola.

No Brasil, há incontáveis pesquisas que evidenciam e denunciam as dificuldades que a população negra encontra no processo de escolarização. É fato recorrente, que tanto no campo, como nas cidades, os negros encontram maiores obstáculos que os brancos, sejam dentro, ou fora do espaço escolar. Esses obstáculos são fruto de crônicas desigualdades sociais e econômicas que vitimam há anos, essa população. Em Queimadas, é justamente isso que ocorre.

Na referida comunidade, a desigualdade se opera num ciclo constante. Diante da urgência em sobreviver, a escola acaba se tornando uma segunda opção e, esse cenário trágico se repete há anos, sem que haja nenhuma medida encabeçada pelos órgãos públicos no sentido de reverter essa penosa realidade.

Diante disso, reafirmamos o argumento de que, para os quilombos e os quilombolas, não basta somente o título (reconhecimento). É necessário que haja, de fato, a articulação entre esse direito constitucional e a adoção de medidas sociais efetivas capazes de reverter as crônicas e profundas desigualdades que afetam esse segmento social, desde o período colonial.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de Almeida. **Quilombos e as novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo**: Antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru, São Paulo: Edusc, 2006.

BRASIL. **Decreto 4887**, de 20 de novembro de 2003. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 04/10/2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: DF: Senado 1988.

FIABANI, Adelmir. **Mato, palhoça e pilão**: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004). 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil**: questões conceituais e normativas. Etnográfica. Vol. IV, nº 2, 2000, p. 333-354.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

REIS, João José; GOMES, Flávio. **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. 5ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.